



**Extensio
UFSC**

Revista Eletrônica
de Extensão

FEMINISMO NA UNIVERSIDADE: PROJETO DE EXTENSÃO E LETRAMENTO FEMINISTA

Thami Amarilis Straiotto Moreira
Universidade Federal de Roraima
thami.amarilis@ufrr.br

Martha Julia Martins
Universidade Federal de Roraima
julia.martins@ufrr.br

Resumo

O presente trabalho busca compartilhar experiências de projeto de extensão na área dos Estudos de Gênero Social e Feminismo. A ação é vinculada ao grupo de pesquisa do CNPq, o GREG (Grupo de Estudos de Gênero) e trata-se de atividade pedagógica em roda de conversa em formato remoto, com participantes de graduação e de pós-graduação, sob a coordenação de duas pesquisadoras. O objetivo do projeto é promover atividade de conscientização, fazendo uso de textos acadêmicos e literários para promover reflexão sobre as relações que a língua estabelece com as relações de gênero, além de propiciar um espaço de divulgação e fomento de produção acadêmica na área. Os resultados da ação demonstram que reduzido número de pessoas efetivamente leram ou tiveram acesso à literatura especializada sobre o feminismo, o que contribui para a disseminação de conhecimento de senso comum, a favor ou contra o feminismo.

Palavras-chave: Feminismo; Projeto Extensionista; Universidade Pública; Linguagem.

FEMINISM AT THE UNIVERSITY: EXTENSION PROJECT AND FEMINIST LITERACY

Abstract

The present work aims at sharing experiences of an extension project focused on the area of Gender Studies and Feminist Studies. The action is linked to the CNPq research group, GREG (Gender Studies Group) and it is a pedagogical activity in a roundtable in remote format, with undergraduate and graduate students, under the mediation of two researchers. The aim of the project is to promote awareness by using academic and literary texts to promote reflection on the relationship that language has with gender relations, in addition to providing a space for dissemination and promotion of academic production in the area. The results of the action demonstrate that a low number of people actually read or have access to specialized literature on feminism, which contributes to the dissemination of common-sense knowledge, for or against feminism.

Keywords: Feminism; Extension Project; Public University; Language.

FEMINISMO EN LA UNIVERSIDAD: PROYECTO DE EXTENSIÓN E LÍTERACIDAD FEMINISTA

Resumen

El presente trabajo busca compartir experiencias de un proyecto de extensión en el área de Estudios de Género Social y Feminismo. La acción está vinculada al grupo de investigación del CNPq, el GREG (Grupo de Estudios de Género) y se trata de una actividad pedagógica en formato de rueda de conversación en formato remoto, con participantes de pregrado y posgrado, bajo la coordinación de dos investigadoras. El objetivo del proyecto es promover actividades de sensibilización con el uso de textos académicos y literarios, para promover la reflexión sobre las relaciones que el lenguaje establece con las relaciones de género, además de brindar un espacio de difusión y promoción de la producción académica en el área. Los resultados de la acción demuestran que un pequeño número de personas leyeron o tuvieron acceso a literatura especializada sobre feminismo, lo que contribuye a la difusión del conocimiento de sentido común, a favor o en contra del feminismo.

Palabras-clave: Feminismo; Proyecto de Extensión; Universidad Pública; Lenguaje.



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente texto aborda a ação extensionista fruto das experiências de duas pesquisadoras enquanto coordenadoras e mediadoras do projeto de extensão – Feminismo na Universidade (n.51092020 – DIREX/UFRR) –, iniciado em julho de 2020, em formato remoto, cujo objetivo principal é promover letramento feminista através do incentivo de leituras na área em formato de roda de conversa. A ideia original do projeto partiu do diálogo e reflexão entre as duas pesquisadoras proponentes do projeto, recém-ingressas em uma universidade pública federal na região Norte do país – região marcada por índices alarmantes de violência de gênero que destoam da média nacional.

Especificamente no caso de Roraima, estado que apresenta diversidade em etnias indígenas, o cenário de violência contra esses grupos de mulheres é particularmente preocupante, de modo especial quando se considera a existência de apenas uma DEAM – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – na capital do estado, Boa Vista. Some-se a isso, o recente retrocesso de lei estadual de 2018 que proibia a discussão e/ou menção a qualquer assunto relacionado a gênero nas escolas de todo o estado, tendo sido revogada por lei de 2019 (SOUZA, 2020).

Diante deste cenário, a importância de um projeto de extensão voltado à comunidade acadêmica e não acadêmica é de grande importância para a sociedade, uma vez que propicia um espaço colaborativo de discussão e reflexão acerca do que são os Estudos Feministas e qual a relevância desse conhecimento para a construção de uma sociedade equânime. Como bem nos aponta bell hooks¹ ([1984], 2019), a sociedade como um todo se beneficiaria de uma “revolução cultural”, nas palavras da autora, que reeducasse os indivíduos a partir de preceitos feministas, com o intuito de acabar com a opressão sexista, raiz geradora de outras desigualdades, como as de classe, por exemplo, visto que muitas mulheres são postas em condição de subalternidade e submissão à medida que não conseguem gerar seus próprios meios de sustento e precisam recorrer a empregos informais e a mecanismos assistencialistas.

Indo além, um projeto de extensão que se proponha a dialogar com participantes externos à academia coaduna-se com a proposta de bell hooks de ampliar um debate que já é elitista desde sua origem e que permanece trancafiado nos meios acadêmicos ainda hoje para outros contextos e comunidades. Para esta autora, “se quisermos renovar a luta feminista e garantir que estamos na direção certa, ainda precisamos de uma teoria feminista que fale a todos,

¹ bell hooks é o pseudônimo de Gloria Jean Watkins, teórica feminista e ativista social que prefere ter seu nome grafado em caixa baixa. Portanto, no presente texto, respeitaremos a preferência da autora.

que deixe todos cientes de que o movimento feminista pode mudar suas vidas para melhor” (hooks, [1984], 2019, p. 21).

É por isso que o projeto em questão tem o intuito de contribuir para o aumento dos espaços de reflexão e discussão sobre os Estudos Feministas e de Gênero na Universidade e fora dela, a fim de ampliar o repertório dos participantes do projeto e promover conscientização sobre os temas relevantes da área, tais como violência de gênero e desigualdade estrutural de gênero, levando ao público acadêmico, e, principalmente, a não acadêmicos, uma discussão abrangente que combata a desinformação – fruto de uma racionalidade intolerante e conservadora que preza pela manutenção da lógica patriarcal cisheteronormativa – e promova letramento feminista, especialmente no contexto da região amazônica.

EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA FEMINISTA

A metodologia inicialmente proposta para o projeto previa um clube de leitura com reuniões mensais que durariam todo o ano de 2020, além de dois cursos, um em cada semestre letivo, ministrados pelas pesquisadoras para o estudo de questões mais elementares sobre o tema e voltados a um público que nunca teve contato teórico com os Estudos Feministas. Entretanto, no começo do semestre letivo, o vírus SARS-CoV-2 chegou ao Brasil e medidas de cautela e contenção contra a sua propagação foram tomadas. Uma delas foi a interrupção das aulas presenciais das instituições de ensino superior brasileiras. Com a migração das aulas para plataformas remotas, o projeto de extensão Feminismo na Universidade teve que ser reformulado e adaptado para o formato remoto, a fim de se conseguir atender às normas de biossegurança estipuladas por decreto federal e especificadas por normatização da própria universidade para o funcionamento de suas atividades.

Adaptado à nova realidade, o projeto realizou-se através de encontros virtuais semanais (15 encontros) mediados pela plataforma *Google Meet*, ocorrendo sempre às sextas-feiras à tarde, entre julho e outubro de 2020, contando em sua maioria com alunos dos Programas de Pós-Graduação (PPGs) em Letras da Região Norte, alunos da graduação em Letras da Região Norte, e, minoritariamente, com participantes não acadêmicos das demais regiões do país. Atualmente, enquanto escrevemos esse texto (julho de 2021), finalizamos a segunda edição da ação e estamos organizando uma edição especial literária (3ª edição) com o intuito de promover discussão sobre Crítica Literária Feminista em diálogo com os livros ficcionais propostos. Enquanto não existir segurança sanitária para realizar os encontros de forma presencial, os encontros permanecerão de forma remota.

Os participantes da ação – na primeira ou segunda edição do projeto – apresentavam interesses variados na ação extensionista – seja devido ao fato de estarem desenvolvendo pesquisas na área de Estudos de Gênero, seja porque gostariam de conhecer a temática. Nos encontros, as leituras selecionadas versavam sobre os temas violência de gênero, família e cuidado, sexualidade e direito reprodutivo. Os participantes eram encorajados a manifestar suas impressões de leitura e reflexões sobre as obras lidas. A dinâmica final do projeto extensionista realizada nos últimos encontros consistiu em uma apresentação individual, em que cada participante deveria falar sobre uma notícia de sua cidade que tivesse chamado a atenção por estar relacionada às temáticas discutidas durante os encontros. Os temas escolhidos por eles eram instigantes e versavam sobre feminicídio, aborto, jurisprudências do STF, dentre outros assuntos. Dessa forma, os participantes puderam colocar em prática os conhecimentos adquiridos nos debates, relacionando-os à realidade em seu entorno.

DESAFIOS DO PROJETO EXTENSIONISTA

A grande vantagem de poder mediar um projeto extensionista para todo o Brasil é a possibilidade de formar uma rede de pesquisadores sólida e conectada por um interesse em comum, a pesquisa na área dos Estudos Feministas. A segunda razão consiste em poder levar essa discussão para pessoas em cidades mais afastadas dos centros urbanos, longe de grandes polos universitários, bibliotecas ou centros de pesquisa. A possibilidade de poder acessar os encontros de casa, do trabalho ou mesmo de uma área pública é indicativa de que as plataformas virtuais exercem uma função integradora relevante na sociedade. A atividade remota acarreta, ainda, a redução de gastos para a Universidade, uma vez que não utiliza seu espaço físico e não gera deslocamentos para os participantes da ação, favorecendo um provável aumento de produtividade para os envolvidos.

Entretanto, apesar de os encontros remotos facilitarem a proximidade entre participantes de vários contextos e regiões, conforme relatado pelos próprios integrantes do projeto, o ambiente virtual pode acarretar a exclusão de outros indivíduos que não possuem conexão mínima com a internet, uma vez que, no Brasil, cerca de 25% da população não tem acesso nenhum à internet.²

² Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2020/05/29/brasileiros-acesso-internet/#:~:text=No%20Brasil%2C%2025%25%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o,fim%20de%20abril%20pel%20IBGE> Acesso em 14 de abril de 2021.

Embora o projeto apresente-se como uma ação gratuita com oferta de cem vagas semestrais (número limite das salas da plataforma online *Google Meet*), alguns participantes e demais interessados relatam a dificuldade em não se adaptarem ao formato da ação. A queixa mais recorrente é a falta de acesso satisfatório à internet, uma vez que fazem uso de pacotes de dados no celular que nem sempre funcionam a contento para todos; a segunda maior queixa consiste na dificuldade que muitos apresentam de fazer as leituras dos textos sugeridos através do celular ou computador, pois tais materiais de apoio são disponibilizados em formato digital para que todos os integrantes tenham a chance de ter acesso a essas leituras. Considerando que a compra de livros acadêmicos costuma fugir do orçamento de alunos universitários, as mediadoras do projeto priorizam as leituras que estão em domínio público e/ou *sites* para *download*.

Ao mesmo tempo que o projeto ganha em escala, atingindo pessoas de quase todas as regiões do Brasil, descortina a falta de letramento digital de alguns participantes que apresentam dificuldades com este meio: primeiro, porque não estão acostumados a usar as ferramentas digitais, e, portanto, possuem baixa familiaridade com os ambientes remotos e suas especificidades, e, segundo, porque apresentam dificuldade com a etiqueta da internet, mais conhecida por meio de um neologismo, a *netiqueta*. Basicamente, trata-se de uma série de recomendações, cujo intuito é garantir que não sejam mal interpretados durante interações virtuais, tais como abrir a câmera quando solicitado, pedir autorização para falar, usar o *chat* de forma solícita etc.

Ademais, a impessoalidade do formato digital favorece o ingresso de pessoas interessadas apenas em inflar os Currículos Lattes com certificados, pois uma prática comum entre os participantes é o fechamento das câmeras durante toda a atividade, o que torna a sala virtual bem menos dinâmica e atrativa, especialmente para as mediadoras que não contam com um *feedback* visual dos participantes. A câmera desligada pode ser um indicativo de muitas coisas – 1) o participante pode não estar completamente focado na atividade, 2) pode ter se ausentado temporariamente, 3) pode estar em trânsito pela rua, 4) pode estar se dividindo com outras atividades em casa ou em ambientes virtuais, 5) pode ter limitação de dados da internet ou 6) pode estar completamente ausente. Isso se comprova sempre que as mediadoras fazem perguntas ou solicitam a interação e não obtêm nenhum tipo de retorno. Não é incomum que os participantes entrem no ambiente virtual no começo do encontro e não interajam – nem por *chat*, nem por voz, nem por imagem – com outros participantes ou com as mediadoras.

A interação entre as professoras e os participantes fica por diversas vezes comprometida nesse formato, pois a sensação é de que o diálogo está restrito a um número muito pequeno de participantes, enquanto numericamente a sala está lotada. Ao mesmo tempo em que o formato

remoto trouxe ganho de escala e pluralidade geográfica, ele inviabiliza a interação visual com a turma inteira e ainda favorece uma sociabilidade baseada em uma ética deturpada que visa angariar certificados e créditos curriculares, com pouca ou com quase nenhuma participação efetiva na atividade proposta.

A falta de interação pode causar mais desconforto entre aqueles que gostariam de se manifestar e expressar suas opiniões e não o fazem porque o ambiente virtual torna-se distante e pouco acolhedor. Além disso, a falta de manifestação de muitos participantes pode provocar a desmotivação das pesquisadoras que conduzem a interação e não recebem o *feedback* esperado pela turma. Sendo assim, as mediadoras observam que, muitas vezes, apenas a interação presencial propicia aos docentes a possibilidade de compreender os participantes através do dito e do não-dito, ou seja, através do debate, das expressões faciais e das reações de concordância ou discordância.

Outra grande dificuldade encontrada pelas mediadoras da ação é o problema da endogenia acadêmica. O objetivo primordial das ações extensionistas é a sua integração com a sociedade não acadêmica; todavia, as pesquisadoras ainda encontram dificuldade de chamar atenção de um público externo da universidade que não esteja diretamente ligado à pesquisa e ao meio acadêmico. Na ação, é possível identificar uma média relativamente baixa de participantes não oriundos da academia. Acreditamos, no entanto, que o público-alvo desta ação deveria ser não acadêmicos, uma vez que o objetivo principal da mesma é desmistificar os inúmeros mal-entendidos que cercam os Estudos Feministas na sociedade brasileira, com o intuito primordial de promover letramento feminista e consequente empoderamento de mulheres e indivíduos pertencentes à comunidade LGBTQ+ que sofrem opressões constantes.

É apenas com o estudo sistemático e o debate acerca de temas como direitos das mulheres, silenciamento feminino, confinamento doméstico, violência de gênero, feminicídio, entre outros, que será possível promover uma maior conscientização acerca destas temáticas e contribuir para reduzir o impacto das desigualdades estruturais decorrentes de séculos de modelos patriarcais instalados na sociedade.

Infelizmente, as pesquisadoras ainda não conseguiram se aproximar a contento de mulheres comuns, donas de casa, empresárias, mulheres que são arrimo de família, prostitutas, mulheres trans, entre outras, para oferecer as atividades desenvolvidas no âmbito do projeto extensionista como uma ferramenta formadora de opinião e conscientizadora sobre direitos e espaço no mundo.

ALGUMAS METAS FUTURAS

As metas futuras da ação extensionista em questão consistem em: i) publicar relato de experiência das próximas edições do projeto em periódicos acadêmicos com o intuito de compartilhar com os pares a iniciativa; (ii) participar de mais eventos nacionais que oportunizem a troca com outros mediadores de ações extensionistas, tal como a participação no 9º CBEU 2021 – Congresso Brasileiro de Extensão Universitária que ocorreu em março de 2021, no qual as pesquisadoras tiveram a chance de mediar rodas de conversas de outros pesquisadores e ainda apresentar o projeto “Feminismo na Universidade” para outros mediadores extensionistas; (iii) diversificar os participantes do projeto, priorizando dialogar com indivíduos não acadêmicos ou em situação de vulnerabilidade social e econômica, como prostitutas, mulheres vítimas de violência etc.; (iv) firmar parceria com pesquisadores de outras instituições interessados em fazer parte da equipe de trabalho da ação Feminismo na Universidade; e (v) continuar contribuindo para a formação de futuros mestrandos e doutorandos.

Na seção seguinte, apresentaremos uma breve discussão sobre os textos escolhidos para os encontros, entrelaçando-os aos objetivos do projeto extensionista.

PERCURSO TEÓRICO

Desde o começo de sua existência, o movimento feminista, tanto nas movimentações sociais quanto no meio acadêmico, contribui com muitas reflexões e ações que buscam o bem-estar social das mulheres e das pessoas que sofrem por questões relacionadas ao gênero. Com o decorrer dos anos, o movimento feminista cresceu em vários países e ganhou focos diferentes e formas de expressão também distintas de acordo com as necessidades e momentos de cada grupo. No Brasil, em decorrência do aumento do número de integrantes nos movimentos sociais feministas e do número crescente de pesquisas, além de outras formas de visibilidade comercial e social, os termos “feminista” e “gênero” tornaram-se conhecidos de maneira associada pela maioria da população, se não toda.

Esse conhecimento a princípio parece ser positivo; afinal, levar a discussão para vários ambientes, para todas as pessoas em diferentes contextos é necessário. Porém, detendo um pouco mais o olhar sobre o que é conhecido pelo senso comum brasileiro a respeito de gênero e feminismo, percebe-se facilmente a existência de vários mal-entendidos e, provavelmente pior, a inversão ou deturpação de conceitos dos estudos de gênero e de pautas feministas que, em

consequência, contribuem para a desinformação e o afastamento das pessoas de uma reflexão e discussão sobre gênero e organização social e política.

Esse não é um fenômeno novo ou inesperado, ao contrário, em toda a história humana, posições, ideias e ações opostas se confrontam. Entretanto, se não há nada de novo, também não há como prever a maneira como o confronto acontecerá, nem mesmo a sua força e o seu alcance. Por isso, torna-se urgente a necessidade de amplitude de reflexão, de diálogo e de ações que, em contrapartida, informem e esclareçam conceitos, pautas e fatos sobre as questões de gênero e sobre o movimento feminista, uma vez que, no contexto brasileiro, o desconhecimento e a resistência às questões de gênero normalmente estão entrelaçados com outro desconhecimento: a constituição econômica e social do país.

Conscientes desse desconhecimento, as pesquisadoras trouxeram para as discussões com os participantes obras ficcionais e não-ficcionais que abordam gênero e feminismo. Os primeiros encontros foram destinados à apresentação e discussão do conceito de gênero e sua relação com o discurso e a produção de identidade, com a violência, com a exploração sexual e com o patriarcado no Brasil. Para dar conta dessas temáticas, foram estudados os seguintes textos, a saber, *Políticas do Sexo* (RUBIN, 2017), *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (SCOTT, 1995), *Problemas de Gênero* (BUTLER, 2003) e *Gênero, patriarcado e violência* (SAFFIOTI, 2015).

Com estes textos, foi possível compreender como os discursos ou fábulas de gênero (BUTLER, 2003), criados dentro de uma estrutura binária e heteronormativa, operada por sistemas jurídicos, atuam para legitimar e controlar os corpos ao identificá-los e, até, excluí-los. Por meio da performatividade, Butler (2003) demonstra como o gênero é uma construção de categorias produzidas pelos discursos e como são propositalmente limitadas e excludentes por reproduzirem uma norma heteronormativa composta por pares com lados opostos: feminino e masculino, heterossexualidade e homossexualidade. Um polo de cada par – o feminino e o homossexual – é sempre inferiorizado em detrimento do outro – masculino e heterossexual –, e os corpos que não se enquadram em nenhuma dessas nomenclaturas são simplesmente excluídos, são corpos abjetos.

Entretanto, é também por meio da performatividade de gênero que a autora indica um caminho para diminuir a eficácia desses discursos e a coerção que a estrutura binária e heteronormativa produz. Em outras palavras, entender a performatividade na produção de gênero expõe a fragilidade desse construto, compreendido e reiterado como “natural” e “sólido” ao longo dos anos, porque, justamente por ser uma produção discursiva, é possível questionar essa solidez e naturalidade tão ostensivamente impostas ao conceito de gênero. Não apenas os sistemas jurídicos apresentados por Butler (2003), responsáveis pela governabilidade dos sujeitos

nas sociedades, como também os discursos científicos e clínico corroboram para a reprodução de discursos heteronormativos, como demonstra Rubin (2017).

Ao analisar as teorias marxista, psicanalítica e de parentesco, Rubin (2017) conclui que em todas elas as mulheres são inferiorizadas e, por isso, essas teorias contribuem para a manutenção da opressão exercida sobre as mulheres. Nos escritos que fundam o marxismo, não há um aprofundamento sobre o papel das mulheres na divisão sexual do trabalho, papel visto como secundário, e o contexto doméstico, lugar de predominância das mulheres, é desconsiderado como parte imprescindível para a manutenção dos modos de produção. Em Lévi-Strauss (1982), as mulheres são importantes para serem trocadas como objetos, presentes, entre os homens. É com a troca de mulheres que vínculos de parentesco são criados. Logo, evidencia-se quem detém o poder, quem troca, e quem não possui poder, quem é trocado.

A psicanálise, por seu turno, considera a formação da subjetividade e da sexualidade feminina por meio da consciência das meninas da falta do pênis/falo em seu corpo, o que implicaria, então, o reconhecimento de sua inferioridade. Essa compreensão levaria as próprias mulheres a se colocarem como inferiores diante de todos os homens. Desdobramentos posteriores dessas três teorias buscam rever, aprofundar e questionar esses conceitos e o lugar das mulheres, e, majoritariamente, tais desdobramentos foram impulsionados justamente pela crítica feminista. Com esse olhar, Scott (1995) investiga o desenvolvimento do termo *gênero* ao longo dos estudos feministas, chegando à conclusão de produtividade do conceito de gênero como uma categoria de análise capaz de contribuir tanto para a compreensão própria do conceito quanto para a revisão dos métodos analíticos utilizados na pesquisa científica.

De natureza semelhante a Scott (1995), Saffioti (2015) faz um percurso sobre o conceito de gênero discutindo-o junto a outras concepções, como a de patriarcado, de ideologia e de violência contra as mulheres. A autora embasa a discussão em uma pesquisa sobre abuso sexual e outros tipos de violência contra as mulheres, realizada em campo, no Brasil, pela Fundação Perseu Abramo. Além dessa pesquisa, são citados os resultados de pesquisas de outros países e a autora conclui que é necessário reduzir o olhar para as situações nas quais atua o micropoder e, assim, fortalecer a construção teórica baseada no empírico, para que aspectos de difícil apreensão em uma análise mais abrangente possam ser compreendidos com máxima totalidade. Dito de outra forma, é a investigação associada de gênero como categoria analítica e empírica que pode corrigir equívocos conceituais e fornecer explicação para lacunas teóricas.

A partir dos primeiros encontros, iniciou-se o debate sobre o patriarcado, que foi mais bem explorado nos encontros seguintes, utilizando duas autoras, Federici (2017) e Lerner (2019), que constroem um percurso histórico sobre a dominação e exploração das mulheres pelos

homens com marcos temporais diferentes. Ao traçar um panorama histórico das relações entre homens e mulheres, a obra *A Criação do Patriarcado* (LERNER, 2019) retoma os textos antigos buscando as origens dessa subordinação e chega aos textos mais recentes que sustentam simbolicamente a depreciação das mulheres nas sociedades ocidentais. Por considerar várias formas econômicas e sociais de organização coletiva, a autora conclui que o patriarcado é resultado de um processo histórico que se iniciou com a família patriarcal e se adaptou às organizações sociais subsequentes.

Federici (2017), por sua vez, concentra seu percurso histórico no desenvolvimento do capitalismo no Ocidente e, para isso, a autora desdobra a história do fim do feudalismo até as sociedades capitalistas atuais, dando espaço e perspectiva às mulheres por compreender que a subordinação delas aos homens é a força motriz do capitalismo. *Calibã e a bruxa* mostra que as mulheres não apenas foram inferiorizadas por homens nos últimos séculos, como também foram perseguidas e mortas em uma campanha brutal de caça às bruxas realizada no início do desenvolvimento das sociedades capitalistas.

A perspectiva das mulheres adotada pela autora, ao revisitar o processo de instauração do capitalismo, mostrou que as mulheres não foram atacadas somente no início do estabelecimento das sociedades capitalistas, pois esse ataque é constante, posto que continuou e continua a ser feito atualmente. Assim como a exploração e a dominação das mulheres é necessária ao sistema econômico-social capitalista, Federici (2017) demonstra que a colonização, o racismo e a pauperização de boa parte da população são fundamentais para que haja uma sociedade de acumulação tanto do trabalho quanto da riqueza.

Assim como Federici (2017), Davis (2016), em *Mulheres, raça e classe*, também explora a trajetória capitalista sob a perspectiva das mulheres de seu país, os Estados Unidos, que foi colônia britânica. Porém, esta autora amplia o debate ao considerar e aprofundar a análise sobre raça e escravidão como fator preponderante de mudança no viés de conhecimento e nas consequências para boa parte das mulheres estadunidenses, especialmente as negras, e para a estratificação da sociedade em classes, o que afeta todos os habitantes do país. Posto que, por um lado, a maior parte dos estudos e da atenção feminista repousava sobre as mulheres brancas e, por outro, os estudos colonialistas sobre a escravidão dos Estados Unidos não abordavam profundamente a situação das mulheres escravas, permaneciam lacunas históricas e faltava a seriedade em investigar e interpretar a escravidão a partir do ponto de vista das mulheres escravizadas.

Apesar de ser em outro país, as discussões e esclarecimentos trazidos por Davis (2016) lançam luz aos processos de colonização e escravização do Brasil e suas consequências,

especialmente para as mulheres negras. Esta é a razão pela qual a leitura desta autora foi considerada no projeto extensionista, assim como a de Donath (2017), no livro *Mães arrependidas*, que não versa sobre a realidade brasileira, mas contribui para a compreensão de mitos comuns implicados às mulheres e às mães do Brasil. Esta pesquisa realizou-se em Israel, por meio de entrevistas com mães que se arrependeram da maternidade. Donath (2017) elaborou uma série de perguntas para selecionar as mulheres que, se pudessem, gostariam de voltar à condição anterior à maternidade, ou seja, não serem mães, e aquelas que mantinham um sentimento ambivalente em relação à maternidade.

Após selecionar apenas as mães que tinham certeza de seu arrependimento, a pesquisa continuou em formato de entrevistas e demonstrou como a imagem mítica da mãe ainda é reificada como prevalecente na sociedade israelita. Embora a compreensão sobre a maternidade já inclua noções negativas, como maior responsabilidade e menor independência para as mulheres em detrimento dos homens, a persistente deificação da mãe dificulta que essa experiência seja aceita como um arrependimento. Apesar do número pequeno de participantes, 23 mulheres, a diversidade de idade revela como a sociedade pouco mudou as expectativas e exigências impostas às mulheres, mães ou não. É justamente ao traçar essa relação entre a maternidade e a sociedade que o trabalho de Donath (2017) ganha ainda mais relevância, pois demonstra que as questões referentes à maternidade não atingem isoladamente as mulheres, ao contrário, são, em sua maioria, elaboradas coletivamente.

Da mesma forma como ocorre na maternidade, as imagens e padrões de beleza estabelecidos para as mulheres no Ocidente também são produzidos coletivamente e afetam de maneira direta a saúde e bem-estar das mulheres, resultando em mais uma forma de as colocarem em desvantagem e mais atrás dos homens dentro do capitalismo, como mostra Wolf (2018) em *O mito da beleza*. Este livro recolhe variada documentação de fontes e épocas distintas para apontar como a beleza para as mulheres é usada a fim de desviar a atenção da atuação feminina em outras áreas, como o trabalho e a política, e, assim, camuflar e diminuir avanços sociais já conquistados por elas. Portanto, a autora problematiza o quanto os padrões de beleza formulados socialmente tornam-se um fardo e uma obrigação a mais para as mulheres. Como Donath (2017), Wolf (2018) enriquece o debate e as reflexões sobre o quanto as formulações e sentidos culturais encaminham escolhas e percepções individuais.

Para finalizar as leituras teóricas, discutiu-se o livro *História da sexualidade*, volume 1, de Foucault (2015), que apresenta a perspectiva da mudança de comportamento social em torno da sexualidade com a era vitoriana, a partir do século XIX, com o intuito de velar as práticas e os assuntos relacionados ao tema. Como consequência desse silenciamento, o autor aponta para o

velamento da proibição de determinadas práticas sexuais, que passaram a ser consideradas anormais e doentias, em contrapartida a práticas aceitas, ditas normais e saudáveis, que, mesmo assim, deviam ser resguardadas das crianças e do público. Mais que apenas essa consequência, que por si só já exclui e condena boa parte da população e de práticas sexuais, aparece outra, que é o apagamento da existência daquilo que é determinado como ilícito, doentio e anormal.

O silenciamento, a interdição e o apagamento em torno da sexualidade também estariam em função do crescente capitalismo que precisa dominar e explorar a força de trabalho para gerar lucro, uma relação intimamente relacionada ao corpo, mas que não se encerra no indivíduo, pois a sexualidade, como postula o autor, tem estreitos vínculos com o poder, com o saber e com a política, e, portanto, possui alcance coletivo. As considerações de Foucault (2015) somam-se às de Rubin (2017), texto discutido no começo dos encontros, que reforça o caráter social, legislativo, religioso e simbólico de controle e opressão da sexualidade, um controle que recai fortemente nas mulheres, que desde pequenas sofrem com atrocidades e proibições mais graves, nos homossexuais e em outras pessoas tidas como praticantes da sexualidade proibida.

Em análise voltada para os Estados Unidos, Rubin (2017) descreve como o controle da sexualidade está intimamente relacionado tanto com a legislação e com a política, pois frequentemente é associado ao comunismo e ao enfraquecimento moral, quanto com o biológico, por meio do confinamento das razões e impulsos sexuais diretamente ligados aos hormônios e ao fisiológico. Ao comentar o texto de Foucault (2015), Rubin (2017) reconhece a sua importância, mas acrescenta a necessidade de ampliar as investigações sobre a repressão da sexualidade para que se possa compreender melhor tanto as questões de gênero quanto as de raça.

Dialogando com os temas teóricos, os encontros finais do projeto foram destinados à leitura de quatro livros literários escritos por mulheres com o intuito de ampliar o conhecimento de escritoras e também de perceber os assuntos levantados por estes livros e a sua relação com os temas teóricos discutidos nos encontros anteriores. Os livros selecionados de escritoras de diferentes países foram *Persépolis*, de Satrapi (2007); *As alegrias da maternidade*, de Emecheta (2017), *O Conto da aia*, de Atwood (2017) e *Eu, Tituba: bruxa negra de Salém*, de Condé (2019).

Além desses livros e a pedido dos participantes, foi incluído um livro que se tornou bastante popular no Brasil e em outros países ocidentais, *O inferno de Gabriel*, de Reynard (2013). A última obra merece uma menção especial no presente relato de experiência, pois trata-se de um livro de entretenimento escrito por um autor homem cujo discurso contribui para perpetuar estigmas e preconceitos contra mulheres, incitando comportamentos autodepreciativos entre elas. A escolha da obra não é algo aleatório, uma vez que serviu ao propósito de problematizar como

tais livros – de ampla circulação entre leitoras mulheres, pouco contribuem para o empoderamento feminino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relato de experiência apresentou a dinâmica dos encontros remotos do projeto extensionista Feminismo na Universidade, realizado desde 2020, ano de sua criação, para pesquisadores (alunos e docentes) e não-acadêmicos de todo o Brasil.

As pesquisadoras mostraram os desafios de conduzir o projeto extensionista. Foram apontados problemas da ordem tecnológica, como acesso à internet e dificuldades de ordem pessoal, como a pouca familiaridade dos participantes com os recursos digitais. As metas da ação que merecem maior destaque são a busca por parcerias com outros pesquisadores e instituições, além da ampliação do projeto para público não-acadêmico.

Buscou-se apontar as principais leituras trabalhadas durante os encontros, mostrando a relevância da discussão de cada texto e seu respectivo objetivo dentro da lógica do projeto – conscientizar e formar um público interessado em estudar questões ligadas ao feminismo, para que contextos sexistas sejam problematizados e para que mais alunos ou potenciais alunos tenham interesse em trabalhar com questões ligadas à temática do projeto.

Conclui-se que, apesar das dificuldades encontradas e do momento pandêmico vivido no Brasil, a experiência com o projeto resultou em grande benefício por ter sido enriquecedora tanto para as coordenadoras, que confirmaram a necessidade de ampliação de espaços para a discussão e o diálogo sobre gênero e sexismo, quanto para os participantes acadêmicos e não-acadêmicos, que conheceram muitos autores e vieses novos e, com isso, puderam questionar a categoria de gênero desde os seus próprios contextos até a coletividade brasileira e de outros países.

Ademais, tornou-se clara para as coordenadoras a importância de abranger públicos diferentes. Com esse intuito, pretende-se, em edições posteriores, atingir um maior número de participantes da comunidade geral, principalmente os profissionais que trabalham com questões de gênero, como policiais, bombeiros, assistentes sociais, entre outros. Compreende-se que, ao incluir um público da comunidade geral, o projeto diminui a distância entre a universidade e a comunidade, divulgando as pesquisas científicas já realizadas na área e produzindo mais pesquisas e conhecimento a partir do empírico, por meio do contato com vários setores da sociedade.

REFERÊNCIAS

- ATWOOD, M. E. **O conto da aia**. Trad. Ana Deiró. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Civilização brasileira, 2003.
- CONDÉ, M. **Eu, Tituba: bruxa negra de Salém**. Trad. Natalia Borges Polezzo. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.
- DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DONATH, O. **Mães arrependidas: uma outra visão da maternidade**. Trad. Marina Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- EMECHETA, B. **As alegrias da maternidade**. Trad. Heloisa Jahn. Porto Alegre: Dublinense, 2017.
- FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação**. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- HOOKS, bell. **Teoria feminista. Da margem ao centro**. São Paulo: Editora Perspectiva, ([1984], 2019).
- LERNER, G. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. Trad. Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.
- LÉVI-STRAUSS, C. **As estruturas elementares do parentesco**. Trad. Mariano Ferreira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.
- REYNARD, S. **O inferno de Gabriel**. Trad. Fabiano Moraes. São Paulo: Arqueiro, 2013.
- RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.
- SAFFIOTI, H. **Gênero, violência, patriarcado**. Expressão Popular, 2015.
- SATRAPI, M. **Persépolis**. Trad. Paulo Werneck. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul/dez 1995.
- SOUZA, M. J. M. **Feminismo e intolerância: uma análise das leis estaduais do estado de Roraima**. Revista Letrônica. Porto Alegre, v.13, n.2, p. 1-12, abr-jun, 2020.
- WOLF, N. **O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres**. Trad. Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

Recebido em: 03/08/2021

Aceito em: 10/08/2022